

**NACIONALIZAÇÃO:  
O SILENCIAMENTO DA “COMUNICAÇÃO”**

## NACIONALIZAÇÃO: O SILENCIAMENTO DA “COMUNICAÇÃO”

### Resumo:

Neste artigo será examinado o processo de nacionalização do Brasil no Estado Novo implantado pelo presidente Getúlio Vargas, a partir de 1937. Neste período os meios de comunicação passaram por um duro processo de silenciamento e coesão ideológica. O Estado, através de mecanismos de censura e controle, iria moldar as relações de comunicabilidade, apropriando-se dos meios de comunicação e, por meio da interdição, transformá-los em “porta-vozes” de seu projeto político.

Palavras chave: Nacionalização; Comunicação; Identidade cultural

## NATIONALIZATION: THE “COMMUNICATION” SILENCING

### Abstract:

It will be examined in this article the process of nationalization of Brazil in New State implanted by the president Getulio Vargas, from 1937. In this period the media went through a hard process of silencing and ideological cohesion. The state, through mechanisms of censorship and control, would mold the relations of communicability, appropriating the media and by interdiction turn them into “spokespeople” for their own political project.

Keywords: Nationalization; Communication; Cultural identity

## NACIONALIZACIÓN: EL SILENCIAMENTO DE LA “COMUNICACIÓN”

### Resumen:

En este artículo será examinado el proceso de nacionalización del Brasil en el Estado Nuevo implantado por el presidente Getúlio Vargas, a partir de 1937. En este periodo los medios de comunicación pasaron por un duro proceso de silenciamento y cohesión ideológica. El Estado, a través de mecanismos de censura y control, vendría a moldar las relaciones de comunicabilidad, apropiándose de los medios de comunicación y, por medio de interdicción, transfórmalos en “puerta-vozes” de su proyecto político.

Palabras Clave: Nacionalización; Comunicación; Identidad cultural

## 1 INTRODUÇÃO

O regime do Estado Novo foi instaurado pela Constituição de 1937 em pleno clima de contestação da liberal-democracia na Europa. Próximo do fim de seu mandato constitucional, Getúlio Vargas suspendeu as eleições presidenciais de 1938, alegando para tal atitude, uma suposta ameaça comunista. A partir desse momento, Vargas assumiu poder ditatorial no governo. Esse governo foi marcado por medidas nacionalistas de caráter político e cultural. Tentou-se criar uma identidade brasileira com vias para uma maior unidade do país.

A atuação do Governo de Getúlio Vargas na implantação do processo de nacionalização foi através de diversas transformações radicais nos mais diferentes setores da vida pública do país, processos que perpassaram as políticas nacionais, estaduais e municipais então vigentes em todas as instâncias de poder, e que foram iniciadas através da implantação de industrialização e também pela aceleração da urbanização. A partir dessas mudanças ocorridas, houve implicações nas relações étnicas coletivas e dos núcleos de comunidades de estrangeiros, as quais transformaram em definitivo a realidade e o futuro dos imigrantes e dos estrangeiros no Brasil.

Durante esse período, os meios de comunicação sofreram um processo de intervenção que irá transformar seus conteúdos, deixando-os, paulatinamente, mais próximos dos interesses do Estado Novo.

## 2 ESTADO NOVO

Segundo Fausto (2002), o Estado Novo caracterizou-se por um regime político autoritário de inspiração fascista no que tange aos poderes do executivo. Nesse sentido, o Decreto de 2 de dezembro de 1937, dissolveu todos os partidos, destituiu os governadores e em seu lugar nomeou interventores escolhidos por critérios que correspondiam a cada região. A partir de então não houve mais a representação pelo Congresso e o presidente passou a ser a autoridade suprema do Estado, que coordenava os órgãos representativos, dirigia a política interna e externa, promovendo ou orientando a política legislativa. Instituiu-se ainda o estado de emergência, que permitia ao presidente suspender as imunidades parlamentares, prender, exilar e invadir domicílios; para completar, instaurou-se novamente a pena de morte e legalizou-se a censura para os meios de comunicação - jornais, rádio e cinema. O mandato presidencial foi dilatado para seis anos (FAUSTO, 2002).

Foi criado também uma polícia política responsável por reprimir com torturas e assassinatos os indivíduos considerados nocivos à ordem pública.

A chegada do Estado Novo traz consigo a desconfiança de tudo que não fosse brasileiro. Conseqüentemente, as regiões com forte imigração estrangeira, começaram a ser vigiadas para que a “ordem” fosse “assegurada” (DALMOLIN, 2005, p. 84).

Com o Estado Novo surge a Campanha de Nacionalização, com o objetivo de diminuir a influência das comunidades de imigrantes estrangeiros no Brasil e forçar sua integração junto à população brasileira. As perseguições a estrangeiros se deram em nível nacional, tanto nas zonas urbanas como rurais.

Nas décadas de 1930 e 1940, houve proibições e sanções no uso da língua, do ensino nas escolas particulares, da veiculação de jornais e periódicos, nas associações culturais e recreativas e outras formas de expressão das culturas estrangeiras consideradas inimigas da ideologia de identidade nacional. Em 1939 novas medidas foram implementadas: a proibição de falar idiomas estrangeiros em público, inclusive durante cerimônias religiosas (o Exército deveria fiscalizar as “zonas de colonização estrangeira”) (SEITEFUS, 2000).

Neste mesmo ano mediante o Decreto-Lei nº 1545, de 25 de agosto, art. 4, era encargo do Ministério da Educação e da Saúde orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais e exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da História e da Geografia do Brasil. Ao Conselho de Imigração cabia: evitar a aglomeração de estrangeiros de mesma origem numa só região, vedar a aquisição de empresas, proteger as propriedades brasileiras nas zonas coloniais e, fiscalizar as Zonas de colonização estrangeira (ZANINI, 2005).

Além dos decretos já mencionados criados durante esse período, que tinham como objetivo disciplinar a vida dos estrangeiros no País, outras medidas foram tomadas, como a proibição de hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas ou estandarte, uniformes, distintivos, insígnias ou qualquer símbolos do partido político estrangeiro; de organizar desfiles, passeatas ou comícios e reuniões, até mesmo de conceder entrevistas e os discursos, direta ou por rádio difusão (DALMOLIN, 2005).

O Estado passa a exaltar o trabalho, e o novo cidadão que era o cerne da construção da nação forte. E na figura do presidente estaria representada a do defensor dos trabalhadores, do líder e do “pai dos pobres”.

Para garantir o funcionamento do novo regime, foram criados vários instrumentos de controle e repressão. Inicialmente, destacou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) que foram criados com o objetivo de divulgar as ações do governo Vargas e reprimir as divulgações contrárias à imagem do novo regime, exercendo a censura nos meios de comunicação (rádio e cinema, o teatro, a literatura social e política), interferindo e proibindo a entrada no país de publicações tida como nocivas aos interesses brasileiros. O DIP também foi responsável pela transmissão diária do programa Hora do Brasil, que serviu como sustentação

da relação do presidente com o povo para afirmar os feitos do governo autoritário, sempre procurando inserir na sociedade o medo do perigo comunista, assim sustentava-se o clima de insegurança que justificava o novo regime (SEITEFUS, 2000).

No período da Segunda Guerra, intensificou-se ainda mais as restrições. A imprensa estava sujeita ao controle direto do governo, através do DIP, que decidiam o que deveria ou não ser publicado.

Para Orlandi (1996), é através desses mecanismos de falso consenso, ideológicos, portanto, que são constituídos sentidos aos quais nos filiamos. O discurso é a palavra em movimento, prática da linguagem. Para a autora, o discurso não é a fala em si, mas a materialização da relação entre a ideologia e a lingüística, que na linguagem, uma vez que apresenta formas discursivas imaterializadas, carregam as marcas ideológicas construídas a partir das rotinas produtivas de cada veículo de comunicação.

Através do que foi dito é sempre possível se chegar ao não dito, que muitas vezes apresenta-se de forma velada no discurso. Segundo Orlandi (1993:63), com ou sem palavras, o silêncio determina os processos de significação, trabalhando os limites das formações discursivas e determinando os limites do não-dizer.

Dentre as formas descritas pela autora pelas quais esse silêncio se apresenta está o silenciamento ou “a política do silêncio”, uma linha tênue entre o que se diz e o que não se diz, ou melhor se diz “x” para não se dizer “y”. A autora explica que esse “não dizer” está ligado à determinação histórica e à ideologia. Os mecanismos ideológicos produzem efeitos no campo do imaginário e acabam por gerar uma ilusão de unidade, de discurso consensual (ORLANDI, 1993).

Observamos isso claramente quando nos deparamos com a censura de programas de rádio e as restrições à imprensa em língua estrangeira da época, sendo que em uma primeira fase os jornais foram obrigados a ter um redator brasileiro (incumbido da censura) e publicar edições bilíngües e artigos patrióticos de autores brasileiros. Logo após veio a proibição definitiva, com o desaparecimento da maioria dos jornais e revistas. Os nomes de ruas, letreiros e cartazes das lojas e fábricas, e o nome de clubes e associações também tiveram que ser modificados (SEITEFUS, 2003).

Para compreendermos o contexto do período no Brasil, podemos refletir o ideal de Nação e Nacionalismo como ideologia unificadora e como meio de criação para uma identidade nacional, vejamos como Hobsbawm define o termo nação:

[...] as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são neces-

sariamente nacionais e menos ainda nacionalistas (HOBBSAWN, 1990, p. 20).

O termo nação pode, ainda, definir território, distinguir um povo por sua cultura e língua. Assim sendo, é no período Vargas que a construção da identidade nacional atinge características marcantes. O estímulo ao patriotismo, o uso de símbolos nacionais e a comemoração das datas nacionais também são pontos de destaque.

Segundo Stuart Hall (1999), uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados ao nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais. Ao analisar a questão, este autor focaliza particularmente as identidades culturais referenciadas às culturas nacionais. Para ele, a nação é além de uma entidade política – o Estado –, ela é um sistema de representação cultural. Em outros termos, a nação é composta de representações e símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade nacional. O autor enfatiza ainda, que as culturas nacionais produzem sentidos com os quais podemos nos identificar e constroem, assim, suas identidades. Esses sentidos estão contidos em estórias, memórias e imagens que servem de referências, de nexos para a constituição de uma identidade da nação.

Podemos pensar a ideia de nação também como um povo unido pelos mesmos valores e sentimentos comuns de pertencimento, em contrapartida, a afirmação de outra nacionalidade enfraqueceria ou ameaçaria a existência dessa visão de Brasil. Logo comunidades organizadas com base em aspectos sociais de cunho étnico diferenciadas, passam a ser vistas como potencial de antinacionais e de isenção de patriotismo. E foi, sobretudo durante o Estado Novo, que medidas com propósito nacionalista atingiram no principalmente no Sul do Brasil, aquelas localidades formadas por imigrantes europeus, principalmente de raízes alemãs e italianas, instalando conflitos nas instituições sociais locais.

## **2.1 O cotidiano do controle social - o caso de Arroio Grande**

No caso de Arroio Grande - distrito de Santa Maria RS-, localidade de predominância etnicamente italiana, existia ainda, além do subprefeito que também acumulava a função de subdelegado, a presença do chefe de seção o qual era escolhido pelo subdelegado, e tinha como principal função, segundo depoimentos, “fiscalizar as ações dos italianos”. Muitas vezes era preferível calar-se ao falar o italiano ou dialeto “meu avó falou italiano numa venda e o chefe de seção prendeu ele, ficou esperando na calçada e chegou tarde em casa”(Vitalino). Além de serem presos por falar italiano, muitos também eram obrigados a arrancar pedra de picão nos barrancos de estrada.

(...) muitos tinham que arrancar pedra de picão com um carrinho

de mão feito de madeira, com roda de madeira, porque aquela época carrinho de mão com roda de borracha não existia e nem de ferro, tu era preso oito dia de picão, eles diziam bater picareta e tapar buraco nas estradas, era o castigo que eles davam, só por tu ta falando italiano (Adelmo).

Nesta conjuntura também houve maiores restrições às liberdades individuais: necessidade de autorização para viajar dentro do país; apreensão de livros, revistas, jornais e documentos, com destruição de parte da memória histórica da imigração, e eventual prisão daqueles que não falassem português. O Sr. Adelmo, relata um episódio muito dramático ocorrido na região que nos comprova como aquele era um momento de muita tensão:

[...] Um dia ele foi chamado atenção por falar italiano, então ficou muito preocupado e com medo do que podia acontecer né, ele chegou em casa e falou pra família que eles iam sofrer muito ainda...e quando dormiram ele matou todos da família e depois se matou, tudo pelo medo do que ia acontecer com eles.

O acesso ao português era considerado difícil e havia poucos professores nas comunidades.

Minha primeira esposa era professora veio de Jaguari, ela era brasileira, ela não aprendeu a falar uma palavra em italiano e ela veio lecionar lá no Arroio Lobato...ela lecionava 52 crianças só ela, a 1º, 2º, 3º e 4º série só ela, então tinha 5, 6 que sabia falar português e quando tinha que ir na patente aqueles que não sabiam dizer professora dá licença pra eu ir na patente, porque naquela época era patente, então diziam pros outros “professora olha o Fausto que i lá na patente, tá vai” ou se não ele dizia professora uindar piçar e ela não entendia o que era –“quero i mija”- ela não entendia nada então os outros que tinham que dizer pra ela (Ana Luiza).

Compreende-se neste ponto a dificuldade por muitas vezes dos descendentes de italianos comunicarem-se, dificultando assim um bom relacionamento entre ambos. Sendo que em muitas escolas as crianças não podiam falar no dialeto italiano, devido à proibição do governo.

Seu Vitalino conta:

Minhas irmãs começaram ir no colégio, e elas começaram a falar em português, ai comecei eu também perde o italiano, o padre já rezava a missa em português, como eu ia usar a minha língua em italiano? Tinha que usar o português se não a gente não se entendia, antes o padre rezava a missa em latim depois passou a rezar em português.

**Dona Ana Luiza:**

Meu avô contava né, que daí eles acabavam perdendo aquele modo de falar, até com os próprios filhos né e depois os filhos com os netos, acabaram não aprendendo a língua né, todos podíamos ser políglotas, fala italiano, alemão e também o português e, além disso, incorporar todo o histórico, o cultural, toda a bagagem cultural que veio dessas etnias, e na verdade isso não aconteceu foi cortado.

Nestes dois relatos percebe-se também que os mais jovens tinham maior acesso ao português, que neste momento era aprendido e estimulado principalmente nas escolas, do que os mais velhos que enfrentaram maiores repressões por não saber falar o português, pois no seu tempo não havia quem os ensinassem, principalmente por quase não haver escolas. Sr. Adelmo, “[...] eles não sabiam falar português, claro não tiveram escola, não tiveram nada [...] As lembranças dos descendentes de imigrantes sobre este período são de impossibilidade de se manifestarem em italiano, das prisões, das agressões e também as situação difícil em que os idosos se encontravam, uma vez que na pouca comunicação que possuíam nas colônias, como não sabiam falar o português, geralmente optavam por ficar confinados em suas casas, onde se sentiam mais seguros. As compras e os passeios dominicais para irem à igreja ou aos armazéns ficaram prejudicados. Muitos descendentes compravam seus utensílios utilizando-se de gestos ou bilhetes, com receio de serem presos ao se manifestarem em seus dialetos (ZANINI, 2005).

Segundo Dalmolin (2005), houve casos de acompanhamento das rotinas dos descendentes de italianos pelos serviços de segurança pública por todo o país, os quais se desdobraram no acompanhamento e no registro das ações cotidianas dos suspeitos (por menos suspeitos que fossem), e por mais insignificantes que fossem as atividades.

[...] Tinha um rapaz também de sobrenome Sóteles, um domingo de manhã foi a Silveira Martins pra i a missa e tinha uma pensão e este tal de Sóteles ele gostava de um trago NE, ai chego num bulicho e pedi dame um trago de catiaça, era me dá um trago de cachaça e tava o polícia ao lado ali e o polícia tinha um reio e deu duas puxada naquele homem com toda a força, mas eu fiquei com pena, aquele homem só assistiu, não podia nem falar porque, se ele falasse não sabia fala em português, então o coitado fico ali sofrendo, agora aquilo me doeu...infelizmente. (Adelmo)

A ação de se falar em italiano era feita com alguns cuidados, sempre com atenção para a iminente chegada de um oficial. Criou-se um medo generalizado de manifestar-se e ser preso, além, é claro da “humilhação” que esta representaria. Esses imigrantes e/ou descendentes italianos passaram a ser controlados



pelas autoridades brasileiras a fim de que fosse assegurada a “ordem”, qualquer palavra em outra língua que não o português era motivo de prisão, não importando quem fosse a pessoa que havia cometido tal “agressão a pátria” (DALMOLIN, 2005, p.29)

Como o Brasil declara guerra ao Eixo (Itália, Alemanha e Japão), as perseguições e repressões se intensificaram quantitativamente. Ser italiano era sinônimo de “perigo” e estes passaram a ser tratados como inimigos em potencial. Fatos que estão documentados nos periódicos locais e também nas memórias de muitos descendentes que presenciaram os acontecimentos daquele período.

## **2.2 Construindo uma nação sobre a necessidade de negação das individualidades pessoais e étnico-culturais**

A interferência do Estado na cotidianidade foi posta em prática por meio da censura às manifestações culturais que não estivessem nos parâmetros determinados pelo regime.

O Estado novo pretendia criar uma nova memória à cerca da identidade dos descendentes de imigrantes e estrangeiros, isso significava mudar a memória de origem para uma memória de brasilidade a partir das concepções do Estado Novo. Isso se deu através do aumento da participação do homem comum, transformados em cidadãos, como também da legitimidade dos representantes através da identificação do povo como nação, da construção de uma consciência nacional, com destaque para essas construções através do uso dos diversos meios de comunicação de massa e da educação, utilizando-se também de instrumentos de repressão. O Estado Novo buscou criar um novo “corpo social”, negando as diferenças étnicas (AVELINO; GOMES, 2004).

Desde a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por decreto do presidente Getúlio Vargas, em 1939, o Estado assumiu como tarefa o controle sistemático dos meios de comunicação social disponíveis, nisto observamos que, apagando sentidos pelo silenciamento de aspectos cruciais dos acontecimentos relativos ao momento, o Governo acabou por produzir representações que lhe eram convenientes. O Estado, deixava de prestar quaisquer informações ou declarações sobre determinados acontecimentos, além de censurar a divulgação destas pelo veículo de comunicação (SILVA, 2010).

A construção da nova nação almejada pelo Estado Novo teve seu início através da construção de um estado forte e centralizador, o qual desenvolveu processos de legitimação de suas ações através da reconstrução e inclusão de novos símbolos pátrios aos quais os cidadãos deveriam ser alçados seja pelo uso da legislação criada, seja pela perseguição e aniquilação dos seus antigos hábitos. O Estado Novo precisava criar um sentimento em cada indivíduo brasileiro, assim formar-se-ia uma consciência coletiva de defesa da Nação, de que viver dentro dos moldes estabelecidos pelo governo não era submissão, mas

condição básica para o bem do país (SILVA, 2010)

Por consequência estes acontecimentos transformam o conjunto de categoria e representações sociais vigentes naquele contexto. Pode-se dizer que, senão para todos, para grande parte dos descendentes de imigrantes e estrangeiros, os acontecimentos relativos ao Estado novo tiveram força simbólica muito forte. Muitos não sofreram as repressões diretamente ou mesmo por meio dos mecanismos institucionais, contudo, estas se introduziram em seus domínios domésticos pela autoridade familiar e pelos impedimentos impostos por aquele regime político. Há que se considerar que muitos ainda se encontravam em processo de enraizamento em solo brasileiro e que assumir uma nova forma de pertencimento grupal e nacional não era algo fácil, pois ainda identificavam-se com a Itália, Alemanha ou ainda o Japão, com a terra de onde vieram os seus antepassados, com a origem de sua cultura (expressados pela língua, gastronomia, religiosidade, etc.), aspectos inerentes a sua identidade étnica e de diferenciação frente aos outros grupos existentes (ZANINI, 2005).

Em suma, percebemos que nas narrativas sobre experiências vividas nos anos que em ocorria a nacionalização brasileira aparecem sentidos da perda de identidade étnica, entremeados ao medo sentidos nos anos da repressão, principalmente das pessoas que estavam sendo vigiadas pela polícia política.

Compreendemos que tais apontamentos evidenciam não só que de censura e silenciamento viveu o Estado em sua relação conflituosa com os meios de comunicação, e com os grupos considerados nocivos, mas, sobretudo, preocupou-se em produzir saberes que substituíssem a crítica e o diálogo por novos saberes que iam de encontro ao projeto centralizador do Estado Novo, silenciando e/ou interferindo em qualquer tipo de comunicação.

Com o objetivo de continuar pesquisando sobre o assunto deixo alguns questionamentos, que servirão para instigar os leitores, assim como a mim: Nos dias atuais qual o papel da imprensa nas relações de identidades étnico-culturais? Os meios de comunicação ainda sofrem algum tipo de silenciamento?

## REFERÊNCIAS

- AVELINO, Carmem Daniella Spínola da Hora; GOMES, Adriano Lopes. O silenciamento no texto jornalístico e a construção social da realidade: Uma análise da cobertura da Segunda Guerra mundial pelo jornal “A República” (Natal/RN-Brasil). **I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Política**, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DALMOLIN, Cátia. **Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo**. Santa Maria: Pallotti, 2005.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

- \_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- SILVA, Vandrê Aparecido Teotônio. “NOTÍCIAS DO RIO”: JORNAL CENSURADO COMO ELEMENTO DE PRODUÇÃO DE SABER. **ANAI DO SETA**, Número 4, 2010.
- TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercania da Memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- ZANINI, Maria. **O Estado Novo e os descendentes de Imigrantes Italianos: entre feridas, fatos e interpretações**. Santa Maria: Pallotti, 2005.

## Ana Paula Fontana

Possui graduação em História pelo Centro Universitário Franciscano (2010).